

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ**CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 003/2019****DECRETO Nº 003/2019**

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 31/12/2018 NA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE DAS ATRIBUIÇÕES QUE A LEI LHE CONFERE, ESPECIALMENTE A LEI Nº 4.320/64, DE 17/03/64,

Art. 1º Fica cancelado o saldo de Resto a Pagar do Exercício de 2018, referente a empenhos da despesa abaixo relacionado, no valor total de R\$ 1.120,00 (Hum mil e cento e vinte reais), tendo em vista saldo não utilizado de empenho ordinário:

Câmara Municipal

Dotação: 2.001.3.3.90.39.00.00.00.00

Credor	CNPJ	Tipo	Empenho	Saldo
Pollenberg Advincula da Silva 00302834184	22.763.526/ 0001-66	Ordinário	01000249/ 2018	1. 120,00

Art. 2º Os lançamentos contábeis decorrente do presente Decreto serão efetuados na data do cancelamento do empenho no Setor Contábil da Câmara Municipal de Poconé.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Poconé/Mt, 19 de dezembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

P r e s i d e n t e

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE**DECRETO Nº 09/2019****DECRETO Nº 09 de 23 de dezembro de 2019**

EMENTA: “Dispõe sobre o Período de Recesso de Final de Ano e dá outras providências”

O Presidente em substituição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte/MT, no uso de suas atribuições legais, mormente a Lei Orgânica Municipal e seu Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado RECESSO de final de ano na Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso pelo período de 24 de dezembro de 2019 a 05 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Durante o período descrito no Artigo 1º não haverá expediente interno e atendimento ao público.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidência da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove.

MESA DA CÂMARA MUNICIPAL

Biênio 2019/2020

Ver. Edézio Ferreira dos Reis

Presidente em substituição

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS**CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

A Câmara Municipal de Vale de São Domingos através do Presidente sr. Fabio dos Santos Bezerra, torna público aos interessados, que homologou a seguinte licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 01/2019**, objeto: **Lote 1 – Prestação de serviço com manutenção de computadores e periféricos e publicação das fotos e atos administrativos no site deste legislativo. Lote 2 – Fornecimento de serviços de internet SCM banda larga de 20 mpbs para atender a Câmara Municipal de Vale de São Domingos-MT**, e sagrou vencedores as empresas R DOS SANTOS MACHADO - ME, inscrito no CNPJ: 12.813.297/0001-93, e a empresa NEONET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 13.739.410/0004-43. Vale de São Domingos-MT, 23 de dezembro de 2019. Fabio dos Santos Bezerra – presidente da câmara municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 295/2019**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a pedido do cargo em comissão a servidora Elaine Missias Fortunato – CPF: 026.055.521-52, do cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete do Vereador Calistro Lemes do Nascimento.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 23 de dezembro de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 296/2019**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o senhor Enivaldo Barbosa da Silva – CPF: 920.353.881-04, do cargo em comissão de Assessor do Gabinete do Vereador Icaro Gibran Reveles de Andrade.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 23 de dezembro de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO
PANTANAL****RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 065/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Cláusula Vigésima do Contrato de Consórcio Público e Autorização da Assembleia Geral Ordinária realizada na data de 19 de dezembro de 2019;

Considerando o disposto na Cláusula Quadragésima do Contrato Consórcio e a aprovação do Projeto de Resolução Normativa Nº 065/2019 na Assembleia Geral;

RESOLVE

Art. 1º - O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, fica autorizado a receber, como estagiários, educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, objetivando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

§ 1º - O recebimento de estagiários deverá estar limitado à capacidade do Consórcio.

§ 2º - O Consórcio poderá receber educandos para estágio não-obrigatório para atender eventual necessidade do Consórcio ou de projeto específico.

Art. 2º - A contratação de educandos para estágio não-obrigatório deverá ser precedido de processo de seleção e obedecer os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade conforme determinado pelo Artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º - Os educandos contratados para estágio não-obrigatório receberão bolsa mensal equivalente a um salário mínimo vigente;

§ 2º - Os estagiários contratados para estágio não-obrigatório poderão receber auxílio transporte e auxílio alimentação, considerando-se as condições e local estabelecido para o exercício do estágio.

§ 3º - Na contratação de educandos para estágio não-obrigatório, o Consórcio deverá contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso. (Inciso IV do Artigo 9º da Lei 11.788/2008)

Art. 3º - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Art. 4º - O estágio obrigatório e o estágio não-obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Parágrafo Único - O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º da Lei 11.788/2008.

Art. 5º - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 6º - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º - O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º - Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 7º - Aplicam-se a esta Resolução os dispositivos legais vigentes, em especial a Lei Federal nº 11.788/2008. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

PAULO REMÉDIO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

ORDEM DE FORNECIMENTO - 01 - ATA RP Nº 02/2019/CIDESAT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019/CIDESAT

À EMPRESA:

VEGRANDE NORTE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

CNPJ: 07.434.474/0001-90

Avenida J K, nº 3.718, Bairro Setor de Serviços na Cidade de Juína-MT

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Pessoa Jurídica de Direito Público, sediado na Rua Marechal Dutra, nº 248 no Bairro Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos-MT, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. PAULO REMÉDIO, denominado de **"CONTRATANTE"**, considerando o Processo Homologatório decorrente do Processo Licitatório nº 08/2019/CIDESAT, e termos do Edital e Termo de Referência, **RESOLVE** emitir nesta data, **ORDEM DE FORNECIMENTO** à Empresa: **VEGRANDE NORTE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA**, CNPJ: 07.434.474/0001-90 para o Fornecimento dos seguintes equipamentos descritos a seguir:

DESCRIÇÃO dos EQUIPAMENTOS	UNID	QUANT	UNIT.	TOTAL
Aquisição de Trator agrícola de rodas (NOVO), fabricação nacional, Marca New Holland, Modelo 7630, tração 4x4, equipado com motor diesel de 4 cilindros turbo, potência mínima de 100 CV , transmissão mínima de 16 velocidades a frente e 4 a ré, levante hidráulico, tomada de força independente, controle remoto, comando duplo, pneus com tamanhos: traseiros 23x30 e dianteiros 14x28 ou 14x26, e arco de segurança com capota de proteção ao operador. Garantia mínima de um ano e Assistência Técnica Autorizada de Fábrica próxima a sede do Consórcio(Até 350 km).	UN	2	161.000,00	322.000,00
TOTAL				322.000,00

O fornecimento deverá seguir as especificações discriminadas no Termo de Referência e proposta apresentada. Devendo ser entregue em **até 60 dias** na sede do Consórcio à Rua Marechal Dutra, nº 248, Bairro Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos-MT.

Dados referente a emissão da Nota Fiscal: (itens da Ata)